

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

REQUERIMIENTO N.º , DE 2015

(Da senhora Eliziane Gama e dos senhores Rubens Bueno e Moses Rodrigues)

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico do senhor Luiz Inácio Lula da Silva, CPF 070.680.938-68, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICAÇÃO

O ex-Presidente **Lula** foi citado pelo ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP-PE) - condenado no mensalão e preso pela Operação Lava-Jato – de ter colocado Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento. Ouvido em Curitiba por parlamentares da CPI, o ex-presidente do PP afirmou que "**só não prenderam Lula porque ninguém tem coragem**".

Segundo Pedro Corrêa: "O diretor de Abastecimento da Petrobras, que se eu não me engano a memória era um tal de Manso, ele se atritou com a diretoria e o presidente Lula convidou o Paulo Roberto Costa para ser diretor de Abastecimento".

Em suas delações premiadas, Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef - que operavam o esquema de propina na estatal pelo PP - afirmaram que a indicação do ex-diretor foi do PP. Disseram ainda que foi uma indicação problemática, alvo de muitas negociações.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África – CPIPETRO

Corrêa negou que tivesse recebido dinheiro do esquema e argumentou que deixou de ter cargo parlamentar em 2006. Contudo, ao ser advertido pelos parlamentares que mesmo depois ele manteve sua influência, o ex-parlamentar desafiou os membros da CPI a apontarem um caso de político que continuou poderoso, sem mandato. "Lula é político sem mandato, Fernando Henrique é político sem mandato", responderam alguns deputados.

Corrêa disse então: "Qual é a influência hoje dele (Lula), se querem botar ele na cadeia? Agora ninguém tem coragem de botar ele na cadeia", deixando claro que o ex-Presidente só não foi preso ainda por causa de sua influência.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de maio de 2015.

Deputada Eliziane Gama

Deputado Rubens Bueno

Dep. Moses Rodrigues